

revista

RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

Ano VI - Nº. 47 - setembro 2011



Seminário de Educação Profissional
Técnica de Nível Médio para a Saúde

Todos unidos pelo público:
Ministério da Saúde reúne
escolas para discutir
ampla parceria para
formação no SUS

Qualidade no SUS

sumário

- 02 ■ **em rede**
 ■ Saúde do Idoso: a preparação dos trabalhadores de nível médio frente ao país que envelhece
 ■ Especializações pós-técnicas são aposta para formar profisisonais para as redes temáticas de atenção
- 10 ■ **capa**
 Seminário da SGTES aponta necessidade de ampliar a participação pública na oferta de educação profissional em saúde
- 18 ■ **entrevista**
 O economista Marcelo Neri fala sobre a nova classe média
- 21 ■ **aluno em foco**
 Na ETSUS Piauí, cuidado materno-infantil foi tema de investigação
- 22 ■ **escola em foco**
 ETSUS Roraima inicia a construção de nova sede e planeja autonomia na gestão
- 24 ■ **trajetórias**
 Enfermeira e professora fala sobre a paixão em passar conhecimentos adiante
- 25 ■ **aconteceu**
 Informações sobre formaturas, cursos, parcerias e outras 'novas' das ETSUS
- 28 ■ **panorama**
 Conheça as cinco diretrizes da Agenda Estratégica da Saúde

O mês de agosto será lembrado no futuro como um marco na história da educação profissional de nível médio no país. Pela primeira vez, escolas públicas que ofertam cursos técnicos na área da saúde foram reunidas em um evento com vistas a estabelecer uma parceria ampliada para a formação de trabalhadores para o SUS. A matéria de capa desta edição traz a cobertura do seminário que reuniu em Brasília cerca de 400 participantes.

Na seção 'Em Rede', o assunto também é a formação de trabalhadores em face aos desafios do Sistema Único. Com uma população de 20 milhões de idosos que deve chegar a 35 milhões em duas décadas, o país precisa de profissionais cada vez mais preparados para lidar com as especificidades do envelhecimento. Incentivados pelo Profaps e executados pelas Escolas Técnicas do SUS, cursos de qualificação para agentes comunitários de saúde e pós-técnicos em Saúde do Idoso devem ganhar cada vez mais destaque, conforme detecta a reportagem. Ainda no universo dos cursos pós-técnicos, você vai conferir a articulação entre SGTES e universidades que vai fomentar especializações nas linhas de cuidado prioritárias, como urgência e emergência, por exemplo, de acordo com a política das redes de atenção que está sendo implantada no SUS. Além disso, você ficará por dentro das experiências de formação da Rede até o momento.

Quando falamos de rápidas transformações que ocorrem no país, como o envelhecimento, não podemos deixar de destacar a ascensão econômica experimentada por dezenas de milhões de brasileiros nos últimos anos. Principal especialista no assunto, o pesquisador Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, é o entrevistado da edição.

A Escola Técnica do SUS em Roraima está 'em foco' neste número e você vai poder conhecer os projetos da instituição, que iniciou a construção de uma nova sede e negocia uma mudança no modelo de gestão que permita maior autonomia em seus processos administrativos. Em seguida, uma matéria sobre as pesquisas que alunos do curso do Aperfeiçoamento em Maternidade, do Piauí, fizeram para diagnosticar os problemas da assistência à mãe e ao bebê dá a dimensão do que pode ser feito para melhorar a assistência quando escola, gestores e alunos se unem. Já em Trajetórias, encontramos a história da enfermeira Maria de Fátima Teixeira, professora da Escola Técnica de Saúde de Brasília, uma apaixonada pela educação em saúde.

Finalmente, depois de se informar sobre as últimas notícias das ETSUS em 'Aconteceu', você vai conhecer o que é a Agenda Estratégica da Saúde em 'Panorama'. Boa leitura!

Clarice Aparecida Ferraz

Coordenadora Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Deges/SGTES/MS e da RET-SUS

expediente

Ano VI - nº 47 - setembro de 2011
 Revista RET-SUS
 Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
 ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Clarice Aparecida Ferraz (DEGES/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O' Dwyer** (CONASS); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (CONASEMS); **Cláudia Maria da Silva Marques** (OPAS/ Representação Brasil); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria Ivanilia Tavares Timbó** (ETSUS Região Nordeste); **Fernanda Melo de Araujo de Moura** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Damião Mendonça Vieira** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 10.000 exemplares . **Impressão:** Walprint Gráfica e Editora

Endereço

Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manguinhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
 CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria

Maíra Mathias

Reportagem e redação

Beatriz Salomão, Jéssica Santos

e Maíra Mathias

Projeto Gráfico e Diagramação

Mário Carestiatto

Capa

Mário Carestiatto

Assistente de Gestão

Fernanda Martins

Periodicidade

Mensal / Bimestral



Exemplo de política que adianta as demandas do futuro, a qualificação de profissionais de nível médio para o cuidado com a pessoa idosa é uma das ações do Profaps

Saúde do Idoso na mira das ETSUS

em rede

Beatrix Salomão

Faixa etária pouco expressiva na década de 1980, correspondendo a 7,3 milhões de pessoas e 6% da população do país, a parcela de brasileiros com mais de 60 anos praticamente triplicou em 20 anos e hoje corresponde a 20,5 milhões de pessoas, 10% dos habitantes. O dado do Censo 2010 do IBGE, aliado à projeção de que, em 2030, serão 35 milhões de idosos, conferiu papel crucial às políticas voltadas à Saúde do Idoso. Nesse contexto, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) investe em ações estratégicas para preparar os diferentes profissionais que estão em contato direto com a população idosa através do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). Criado em 2009, o programa prevê recursos para o aperfeiçoamento ou capacitação na área para as equipes da Estratégia de Saúde da Família e para profissionais de nível médio que atuam em instituições de longa permanência.

Um dos exemplos de adesão ao Profaps ocorre na Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão, no Mato Grosso do Sul, que está oferecendo o Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso para 1,8 mil agentes comunitários de saúde (ACS). Com carga horária de 80 horas e cinco meses de duração, o curso começou em maio, na capital, Campo Grande, e em outros três municípios: Corumbá, Dourados e Três Lagoas. As aulas terminam em dezembro e, em fevereiro de 2012, a escola planeja ofertar mais turmas.

No currículo, não figuram apenas questões relativas à saúde da população idosa. Docentes abordam assuntos como cidadania, redes de serviço, legislação, aspectos culturais e psicológicos dos idosos. As aulas acontecem no modelo concentração-dispersão, nas próprias unidades de saúde. De acordo com Ewângela Cunha, coordenadora pedagógica, durante o trabalho de campo, agentes levantam dados como o número de idosos acamados, a frequência de uso da caderneta de saúde da pessoa idosa e grau de acessibilidade aos serviços de saúde. "O agente comunitário de saúde executa diversas ações educativas e aproveitamos esse princípio no trabalho com a população idosa. Por exemplo, se algum familiar adotar práticas inadequadas com os idosos, os profissionais poderão orientar", explica Ewângela.

A psicóloga Eliane Auxiliadora Espíndola, instrutora do Centro de Unidade Básica de Saúde do bairro Universitário, em Campo Grande, explica



Projeção do IBGE aponta que em menos de 20 anos, o país terá uma população de 35 milhões de pessoas idosas, equivalente a 10% dos habitantes

que o foco do aperfeiçoamento é capacitar o agente para identificar idosos vulneráveis durante as visitas domiciliares. "O agente tem a oportunidade de entrar na casa do idoso e é importante que ele seja capaz de identificar casos de abandono, vulnerabilidade a quedas e suspeita de violência, por exemplo. Além disso, o profissional dá orientações sobre alimentação, prática de atividades físicas e importância de ir ao médico", disse.

Em Campo Grande, saúde, justiça e serviço social trabalham interligados. Quando um agente comunitário de saúde identifica uma situação de violência ou negligência contra o idoso, ele preenche uma ficha, elaborada pela secretaria de Saúde, que segue para o núcleo de prevenção à violência do órgão e, posteriormente, para a Promotoria de Defesa do Idoso. Segundo ela, há casos em que é necessário o encaminhamento ao Centro de Atenção Psicossocial Pós-Trauma. Já em casos de abandono, a secretaria de Assistência Social é acionada para providenciar abrigos. "A função de investigar e punir os responsáveis pela violência é da promotoria. Mas capacitamos os profissionais para ajudar a identificar os casos. Alguns tinham medo

de represálias, mas a violência está ligada a agravos na saúde e esse assunto é responsabilidade do agente", pondera.

De acordo com Eliane, a secretaria de Saúde investiga todos os casos envolvendo quedas em idosos registrados nas unidades de saúde. O endereço do paciente é encaminhado à equipe da Estratégia de Saúde da Família para que, ao visitar a residência da vítima, o agente possa identificar as possíveis causas da queda. "A queda pode ser causada pelo uso de medicamentos, piso molhado, tapetes e banheiro sem barras, por exemplo. A maioria das quedas em Campo Grande ocorre em casa, por isso a importância das visitas dos agentes para orientar os idosos", declara.

Olhar diferenciado

Agente comunitária de saúde há oito anos, Ivonete Ferreira de Moraes iniciou o curso oferecido pela ETSUS Mato Grosso do Sul há dois meses. Entre os assuntos trabalhados no aperfeiçoamento, ela destaca o olhar especial a casos suspeitos de violência e as informações relativas aos direitos e à aposentadoria

dos idosos. "O aperfeiçoamento é completo, pois trabalhamos a teoria e a prática. Na minha área de atuação, há muitos idosos sozinhos e, hoje, me sinto mais capacitada para ajudá-los em todas as suas necessidades. Percebo que eles também sentem a diferença no tratamento", avalia.

Moradora de Betaville, em Campo Grande, a aposentada Hélia Ramon, de 64 anos, conta com a ajuda de Ivonete para controlar a hipertensão. "A agente acompanha minha saúde, tira minhas dúvidas, pega medicamentos para mim e marca as consultas. É uma grande ajuda".

A Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres, no Pará, inicia em outubro a Atualização em Saúde do Idoso para 200 profissionais de todos os níveis da Estratégia de Saúde da Família, inclusive superior, e para profissionais da Assistência Social. De acordo com Rafaela de Nazaré Chiappetta, assessora da gerência pedagógica da escola, é a primeira turma aberta com recursos do Profaps. As aulas ocorrem de forma descentralizada nos municípios de Altamira, Belém, Conceição do Araguaia, Marabá e Santarém.

O Dia Nacional do Idoso foi estabelecido em 1999 pela Comissão de Educação do Senado. Em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.433, que transfere a data para o dia 1º de outubro, quando já era comemorado o Dia Internacional do Idoso.

A Escola Técnica do SUS Blumenau, em Santa Catarina, começou, em setembro, três turmas do Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso, com foco nos profissionais de nível médio da Atenção Básica e de alguns serviços de referência em atenção ao idoso. O curso vai capacitar 90 trabalhadores, terá 180 horas e término previsto no início de 2012. As turmas funcionarão de forma descentralizada, em Blumenau, Itajaí e Rio do Sul.

Também em Santa Catarina, a Escola de Formação em Saúde (EFOS) iniciou, no dia 6 de setembro, a segunda turma com recursos do Profaps do curso Pós-Técnico em Saúde do Idoso. Voltada aos técnicos de enfermagem da ESF, instituições asilares e hospitalares do SUS, a especialização de 360 horas ocorre na sede da escola e vai abranger os 22 municípios da região da Grande Florianópolis. No dia 30 de setembro, 21 técnicos concluem a primeira turma do curso.

O pós-técnico funciona no modelo concentração-dispersão e tem duração de nove meses. O estágio ocorre em casas asilares de Santa Catarina. "O curso é dividido em quatro módulos onde abordamos especificidades da saúde do idoso, ética na atenção a essa parcela da população, legislação e patologias. Para conseguirem uma visão ampla do assunto, os alunos vivenciam o trabalho em casas asilares, hospitais e institutos de psiquiatria", disse Eliana Wiggers, coordenadora técnica da escola.

Foco na formação profissional

Dos cerca de 20 milhões de idosos do país, 70% são usuários exclusivos do SUS. Para melhor atender a essa população, o Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (Dapes/SAS/MS) tem preconizado a capacitação dos profissionais da rede. Segundo Luiza Machado, coordenadora nacional da Saúde do Idoso do Dapes, em 2008, foi assinado um convênio entre o Ministério e a Fiocruz para capacitar 500 profissionais de nível superior das regiões Norte e Nordeste, na modalidade a distância. Em 2010, o convênio foi renovado e a previsão é formar outros dois mil até 2012, das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Luiza destaca ainda a importância de capacitar outros profissionais, como os agentes comunitários de saúde.

"Os agentes comunitários de saúde são profissionais muito importantes no atendimento à pessoa idosa, pois eles entram na casa do idoso, da família, podem orientar e identificar problemas que outros profissionais não vêem. Esse olhar é muito importante", declara.

Para a coordenadora, o envelhecimento do país ocorreu de forma rápida, motivado, principalmente, pela queda da taxa de natalidade, pelo avanço da medicina e pelo trabalho de prevenção de enfermidades. Luiza destaca, porém, que ainda há uma grande incidência de doenças crônicas não-transmissíveis entre os idosos. Em agosto, o MS apresentou o Plano de Ações de Enfrentamento às Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, que propõe ações para fortalecer o envelhecimento ativo de forma saudável. "Em 2050, a projeção é o percentual de idosos seja igual ao percentual de crianças de zero a 14 anos. Nosso grande desafio hoje é ampliar o acesso e melhorar a qualidade da atenção", pontua.

Desigualdades entre a população idosa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), de 2009, identificou 6,6 milhões de idosos analfabetos no país, o que corresponde a 30% dessa faixa etária. O levantamento revelou ainda a profunda desigualdade entre os estados. No Piauí, 58% da população com mais de 60 anos são analfabetos, entretanto, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, o índice cai para 15%. Além disso, segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH), um idoso com baixa renda apresenta sete vezes mais chance de se tornar dependente para realizar atividades cotidianas, como tomar banho, em comparação a um com melhor condição de vida. "É fundamental valorizar a velhice e promover a dignidade dos idosos, sobretudo porque ainda temos muita desigualdade entre a população idosa. Precisamos investir em políticas integradas que envolvam educação, trabalho, previdência e saúde", aponta a presidenta do CNDI, Karla Cristina Giacomin.

Outra pesquisa, desenvolvida durante dois anos pela equipe de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial para o Brasil e publicada em 2011 também apresenta um prognóstico surpreendente. Intitulado de 'Envelhecendo em um Brasil mais velho: Implicações do envelhecimento populacional para o crescimento econômico, a redução da pobreza, as finanças públicas e a prestação de serviços', o trabalho mostra que, entre 2005 e 2050, a taxa de idosos subirá de 11% da população em idade ativa (pessoas com dez anos ou mais de idade), para 49%, enquanto a população em idade escolar diminuirá de 50% para 29% no mesmo período.

Liderado por Michele Gragnolati, economista do Banco Mundial, o estudo cita que cuidados com saúde tendem a emergir como um dos maiores desafios fiscais nas próximas décadas. "Existem duas forças por trás da projeção de aumento dos gastos com saúde: o aumento da proporção de idosos na população e o aumento da intensidade do uso dos serviços de saúde pelos idosos".

O relatório do Banco Mundial identificou o crescimento no número idosos debilitados e dependentes,



Hoje, dos 20,5 milhões de idosos, 70% são dependentes exclusivamente dos serviços públicos de saúde

Radisson Carlos Gomes

apesar dos avanços na prevenção de doenças e melhores técnicas de tratamento. Além disso, segundo o estudo, mudanças sociais afetarão a disponibilidade de ajuda familiar para os idosos. "O número de pessoas cuidadas por não-familiares irá duplicar até 2020, e será cinco vezes maior em 2040, em comparação com 2008".

■ Papel do cuidador de idoso

Tramita no Senado, o Projeto de Lei nº 284, de 2011, do senador Waldemir Moka (PMDB/MS), que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso. O projeto estabelece como funções do profissional o auxílio em atividades cotidianas do idoso, cuidados de saúde preventivos e administração de medicamentos de rotina. De acordo com o PL, ficam vedadas ao cuidador funções que sejam de competência de outras profissões da área de saúde. O PL está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Sociais e tem a relatoria da senadora Marta Suplicy (PT-SP).

Apesar de defender a regulamentação da profissão de cuidador de idoso e a criação de um conselho para a área, capaz de estabelecer as diretrizes para o exercício da profissão, a presidenta do CNDI reconhece as dificuldades em torno do assunto. Para Karla, a portaria nº 5.153, de abril de 1999, publicada pelos ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, que instituiu o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos, não foi implementada na prática. "No que diz respeito ao cuidado, o Brasil não dispõe de políticas adequadas. Muitas vezes, não há cuidadores familiares e há casos em que o cuidador não está preparado e o trabalho é feito mais de forma intuitiva do que supervisionada, orientada. Mas essa questão ainda é um nó", admite.

É discutida, na Comissão Executiva Nacional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (Conac) do Ministério da Educação (MEC), a inserção do curso Técnico em Cuidador de Idoso no catálogo. Consultora da Organização Pan-Americana (Opas/Brasil) da Coordenação de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), Cláudia Marques, está acompanhando a discussão. De acordo com ela, um profissional técnico em cuidador de idosos para poder ministrar medicamentos, por exemplo, teria que ter todas as habilidades e competências previstas pela

formação do técnico em enfermagem. "A atividade de acompanhante não exige formação técnica. O trabalho com idoso que precise de auxílio com medicação e curativo, por exemplo, requer conhecimentos técnicos que já estão na formação dos técnicos em enfermagem", explica.

■ Programa de Nacional

Com foco na atenção aos idosos dependentes, os ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançaram, em outubro de 2008, o Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idoso. As 36 Escolas Técnicas do SUS foram convidadas pelo MS para a capacitação de trabalhadores nas diferentes modalidades de cuidadores: domiciliar (familiar e não-familiar) e institucional.

Antes de incorporar todas as ETSUS, o programa contou com um projeto-piloto, que envolveu seis escolas da rede, entre elas, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que oferece o curso de qualificação profissional no cuidado ao idoso dependente desde 2007. Atualmente com uma turma de 35 alunos – que se formam em dezembro –, a capacitação é dividida em quatro módulos e aborda o processo de envelhecimento e saúde do idoso, cuidados nas atividades diárias, questões culturais e legislativas, além da prática profissional. O curso tem 200 horas e duração de três meses e meio.

Segundo o coordenador do curso, Daniel Groisman, a capacitação é voltada tanto para trabalhadores que já atuam na área do cuidado e desejam se atualizar como para pessoas que querem se tornar um cuidador de idoso (familiar ou não). A maior procura, diz Daniel, é do segundo grupo. "O programa de formação não teve continuidade a partir de 2009, mas permanecemos com o curso porque as políticas em saúde do idoso avançaram, mas ainda é necessário fortalecer políticas para o cuidado. Historicamente a responsabilidade pelo cuidado vem sendo delegada para as famílias. A importância de iniciativas como esta é fortalecer políticas voltadas ao cuidado, apoiar os cuidadores", avalia.

Além da EPSJV, participaram da etapa-piloto a ETSUS Blumenau, a Escola Técnica de Saúde da Unimontes (MG), a ETSUS Mato Grosso do Sul, a Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora (AL) e a Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (AC). ■

Convênio entre SGTES e UFSC prevê orientações curriculares para especialização pós-técnica, considerando as linhas de cuidado prioritárias. Algumas ETSUS já oferecem especializações

Formação pós-técnica ganha força com as redes de saúde

em rede

Beatriz Salomão

Com foco no papel estratégico da educação profissional no aperfeiçoamento das redes de atenção à saúde, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) firmou, em julho, um convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a qualificação de profissionais de enfermagem e agentes comunitários de saúde que atuam em linhas de cuidado consideradas prioritárias pelo MS: saúde mental (com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas), materno-infantil, urgência e emergência e doenças crônicas não-transmissíveis.

A primeira parte do projeto visa a preparar técnica e pedagogicamente o docente que vai atuar nos cursos pós-técnicos para técnicos em enfermagem e nos cursos de atualização para os agentes. O Departamento de Enfermagem da UFSC, em parceria com a Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, vai estruturar um curso de especialização para enfermeiros, com quatro áreas de concentração nas também quatro áreas prioritárias. Serão 1,2 mil vagas e a meta é especializar, no mínimo, mil profissionais. As aulas ocorrem de forma semipresencial, na UFSC e em polos distribuídos pelas cinco regiões do país. A previsão é que o curso comece em agosto de 2012.

De acordo com a consultora da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/Brasil) que atua na Coordenação de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES), Cláudia Marques, junto à especialização de nível superior, as universidades trabalham na construção das diretrizes para a especialização do técnico em enfermagem e para o aperfeiçoamento dos agentes comunitários de saúde nas áreas prioritárias. Cláudia cita que serão quatro cadernos com orientações curriculares que as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) utilizarão como referenciais para montar os cursos. O material deve ser impresso até o segundo semestre do ano que vem. Atualmente, nove ETSUS oferecem cursos pós-técnicos. "Estamos fazendo um processo articulado: especializar o enfermeiro que atua na assistência e na docência e orientar a especialização do técnico em enfermagem", declara.

Cláudia Marques ressalta ainda a importância de qualificar os profissionais para as redes de atenção do SUS. Ela lembra que a maior parte dos trabalhadores da saúde é de nível médio. "Não é possível fazer um trabalho eficiente nas redes de atenção sem investimentos na qualificação dos profissionais", pondera.

Pós-técnicos nas ETSUS

Em agosto, seis ETSUS de São Paulo iniciaram a oferta da formação pós-técnica financiada pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio Técnico para Área de Saúde no Estado de São Paulo (TecSaúde). Os cursos, especializações nas áreas de Urgência e Emergência, Neonatologia, Oncologia e Terapia Renal Substitutiva, são voltados para técnicos em enfermagem que atuam em hospitais estaduais e municipais. O curso de Urgência e Emergência estreou a nova fase das escolas paulistas, mas as demais especializações estão previstas para começar já em 2012.

Para o curso de Urgência e Emergência, com duração de 360 horas, serão oferecidas 31 turmas distribuídas entre as seis escolas: Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco, Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo, Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Franco da Rocha, Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS de Araraquara, Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis, Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde, em Pariqueira-Açú, e Escola Municipal de Saúde de São Paulo. A meta do TecSaúde é formar 620 especialistas na área.

A matriz curricular do curso foi desenvolvida coletivamente, com a participação de todos os Centros Formadores, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e trabalhadores. O currículo foi estruturado a partir de três áreas de conhecimento, conforme a natureza dos conteúdos e competências. São elas: 'Conhecendo o sistema de atenção às urgências e emergências do SUS', 'Prestando cuidados de enfermagem ao cliente no sistema de atenção às urgências e emergências' e 'Fundamentando o cuidado de enfermagem em urgência e emergência nos princípios de segurança do paciente'. Vale destacar que a construção do currículo foi baseada em três grandes pilares: legislação da educação, política de saúde e serviços de saúde.

No Centro Formador de Recursos Humanos de Pariqueira-Açú as aulas da primeira turma tiveram início no dia 4 de agosto, com 23 estudantes. Outras duas turmas de 36 alunos cada serão abertas, em setembro, no município de Registro e, em outubro, na sede da escola.

O CEFOR Franco da Rocha abriu, em setembro, três turmas, com 20 alunos cada, que irão ter aulas no Hospital Estadual de Sumaré. A primeira iniciou dia 12 e será realizada no período noturno e as outras duas ocorrem durante o dia. No dia 17 de setembro, o CEFOR Osasco iniciou quatro turmas, sendo que uma delas será realiza-

da na própria escola e as outras de forma descentralizada nos municípios de Carapicuíba e Itapeverica da Serra. Serão 30 alunos por turma.

Em outubro o Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo abre seis turmas e, em novembro, outras cinco, em classes descentralizadas. No total serão 180 alunos. Das 11 turmas, uma será ofertada em parceria com a Escola Municipal de Saúde de São Paulo. As aulas serão realizadas nos municípios de São Paulo, Itanhaem, ABC Paulista, Alto do Tietê, Guarulhos e Colegiados de Taubaté.

O CEFOR Araraquara irá oferecer seis turmas, com 30 vagas cada. Em outubro, os municípios de Araraquara e São Carlos recebem uma turma cada. Em novembro, o projeto chega a São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Franca e Barretos. No total, serão 180 alunos distribuídos por seis turmas. No CEFOR Assis, serão quatro turmas, com 20 alunos. As aulas terão início em outubro.

De acordo com Luci Guibu, assistente técnica do Núcleo de Apoio às ETSUS da Coordenadoria de Recursos Humanos da secretaria estadual de Saúde de São Paulo, as áreas de especialização consideradas prioritárias foram apontadas pelos gestores após reuniões com o Observatório de Recursos Humanos da secretaria de Saúde. Segundo ela, a área de Urgência e Emergência é a que possui o menor número de trabalhadores especializados.

"Começamos pela Urgência e Emergência por ser a área mais crítica do sistema de saúde de São Paulo. Nosso principal objetivo é impactar na qualidade do serviço, pois, hoje, há muitas pessoas que trabalham nessa área sem a formação específica", aponta.

Para Carolina Feitosa, também da Coordenadoria, as inovações tecnológicas incorporadas aos processos produtivos do trabalho em saúde demandam melhorias na qualidade de formação profissional em saúde. "Os cursos de especialização visam suprir as necessidades desses trabalhadores com uma qualificação que atenda às áreas específicas do setor da saúde, promovendo, assim, a melhoria da qualidade da atenção, sobretudo em áreas mais complexas", afirma.

A Escola de Formação em Saúde de Santa Catarina (EFOS) oferece, desde outubro de 2010, os cursos pós-técnicos em Saúde Mental e em Saúde do Idoso. As duas especializações têm carga horária de 360 horas e são voltadas para técnicos em enfermagem. "As especializações ajudam os técnicos a atenderem os pacientes com conhecimento específico, olhar diferenciado e atento às individualidades de idosos e portadores de deficiência", explica Elisângela da Cunha Martins, assistente da gerência da EFOS.

No dia 23 de setembro, ocorreu a formatura de 28 alunos do curso de Saúde Mental. As outras turmas começam nos dias 19 e 22 de setembro, com 30 alunos cada. De acordo com Elisângela, ano que vem a escola pretende abrir o pós-técnico em Urgência e Emergência, com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

Já a especialização em Saúde do Idoso é voltada aos técnicos de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família, instituições asilares e hospitalares do SUS. No dia 6 de setembro, teve início a segunda turma com recursos do Profaps. O curso ocorre na sede da escola e vai abranger os 22 municípios da região da Grande Florianópolis. No dia 30 de setembro, 21 técnicos concluem a primeira turma do curso.

A Escola de Saúde Pública do Mato Grosso (ESP-MT) oferece, também pelo Profaps, especialização em Saúde da Família para técnicos em enfermagem e técnicos em saúde bucal e em Terapia Intensiva/Adulto/Neonatalogia, para técnicos em enfermagem, ambos com 460 horas. O curso de Saúde da Família começou em 2006, seguido pelo de Terapia Intensiva, em 2007. No total, 95 alunos divididos pelas três turmas fazem a especialização. No próximo ano, a escola pretende implementar o pós-técnico na área de Saúde do Idoso.

Com recursos provenientes da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde, a Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) oferece, desde 2010, a especialização de nível técnico em Saúde da Família voltada para técnicos de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Em julho, a primeira turma com 28 alunos se formou e, no dia 3 de outubro, começa a segunda turma, com técnicos em saúde bucal. O curso tem 300 horas e duração de sete meses.

Em 2012, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) pretende começar pós-técnicos nas áreas de Urgência e Emergência, Saúde do Idoso e Saúde do Trabalhador, com recursos do Profaps. De acordo com Maria Ivanilia Timbó, coordenadora do Núcleo de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, os cursos foram definidos de acordo com a necessidade do serviço. Segundo ela, a demanda vem dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, da construção de 21 policlínicas e dos três grandes hospitais que serão erguidos em Sobral, Cariri e Fortaleza.

A Escola Técnica do SUS de Sergipe pretende abrir o pós-técnico em Urgência e Emergência no segundo semestre de 2012. A intenção é especializar 678 profissionais da rede hospitalar do estado. O curso terá 360 horas e será financiada com recursos do Profaps. ■

Radlison Carlos Gomes



Cada vez mais ETSUS investem nas especializações pós-técnicas em áreas como Saúde do Idoso, ofertada pela EFOS (foto)

Ministério da Saúde reúne, pela primeira vez, escolas federais, estaduais e municipais em busca de parcerias para ampliar o número de instituições formadoras de profissionais de nível médio para o SUS

Escolas públicas unidas pela formação de técnicos em saúde

capa

Estima-se que dos 2,2 milhões de profissionais atuando em estabelecimentos de saúde no país, 1,2 milhão ocupem postos de trabalho de nível médio. Segundo dados da última Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS), do IBGE, que mapeia serviços públicos e privados, são 889.630 postos ocupados por auxiliares e técnicos. No entanto, a pesquisa não considera os 245 mil agentes comunitários de saúde atuando na Estratégia de Saúde da Família, dentre outros profissionais, como os agentes de combate às endemias, o que corrobora as estimativas de que 60% da força de trabalho em saúde ocupem cargos de nível médio.

Maíra Mathias



Escolas públicas - municipais, estaduais e federais - foram à Brasília conhecer as políticas do SUS para a educação profissional

Jéssica Santos / Divulgação RET-SUS

De acordo com a coordenadora-geral de Ações Técnicas do Departamento de Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Dege/SGTES/MS), Clarice Aparecida Ferraz, a maioria desses trabalhadores não possui a devida qualificação e formação para exercer as funções que desempenha. Daí a meta do Ministério da Saúde ser ambiciosa: todos os anos, até 2014, o objetivo é formar 94,7 mil trabalhadores de nível médio.

Encarado como primeiro passo para a consolidação de uma ampla parceria entre instituições públicas capazes de responder ao desafio, o Seminário de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Saúde, promovido pela SGTES entre os dias 30 e 31 de agosto, em Brasília, reuniu um público diversificado. Dentre os cerca de 400 participantes, estavam representantes de Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), escolas estaduais, municipais e filantrópicas. Mas não só: também estiveram lá representantes dos trabalhadores e dos gestores, além membros dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e universidades.

“Nós estamos, hoje, com uma representação de norte a sul do país. Isso é forte quando pensamos em dar capilaridade à formação para um SUS que deseja estar e, portanto, precisa formar trabalhadores em todos os municípios brasileiros. Nosso desejo é que possamos, de fato, construir um debate articulado para então projetarmos um novo cenário para a educação profissional na área, colocando em relevância a defesa do ensino público e do Sistema Único de Saúde”, resumiu Clarice Ferraz, no início do evento.

A abertura oficial contou com a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que relacionou a relevância crescente das políticas de formação técnica – como o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio na Saúde (Profaps) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Proinatec) – com um projeto de país mais democrático e menos elitista.

“Na época do debate sobre a expansão da Rede Federal, uma das questões mais importantes era romper com o preconceito incutido por parte das elites e da academia e, às vezes, assumido pelo conjunto da população, de que ter uma profissão significava ter título de nível superior”, lembrou o ministro, acrescentando: “Esse país tinha um projeto para poucos e não apostava naquilo que há de mais importante para uma nação, que é a capacidade de gerar conhecimento e garantir oportunidades para o conjunto do povo brasileiro e, com isso, formar e mudar a atitude das pessoas, fazendo com que elas assumam cada vez mais habilidades e competências para dar conta dos problemas que o país lhes apresenta”.

Agenda de desenvolvimento

As grandes transformações pelas quais o país vem passando, que culminaram na ascensão econômica de dezenas de milhões de pessoas na última década (ver entrevista na p. 18), tem profundas implicações na saúde, de acordo com as análises de Alexandre Padilha e do gerente da Área de Sistemas e Serviços de Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/Brasil), Felix Rígoli.



Na mesa de abertura (da esq. para dir.): Francisco Cordão (Conselho Nacional de Educação), Eliezer Pacheco (Setec/MEC), Alexandre Padilha, Ana Estela Haddad (SGTES), Wellington Mello (Mesa Nacional de Negociação do SUS) e Felix Rígoli.

Convidado para contextualizar a formação de técnicos na esfera internacional, Rígoli afirmou que o Brasil é um caso único pela celeridade com que as mudanças ocorrem. “Como se faz saúde sem pessoas? Por trás do lema do Ministério da Saúde de ampliar o acesso com qualidade está um ponto-chave que é a formação de profissionais capacitados para fazer o que têm que fazer, nos lugares onde são necessários”, avaliou, especificando: “Embora este esteja entre os desafios de todos os países da América Latina e do mundo, aqui existe uma característica peculiar que é a rapidez da incorporação de tecnologias e novas estruturas de saúde. Esses 35 milhões de pessoas que saíram da pobreza nos últimos anos querem ter saúde de qualidade, assim como querem ter televisão de LCD ou viajar de avião”.

Já Padilha, lembrou que o Brasil é o único país com mais de cem milhões de habitantes a ter um sistema universal. “Quem diria há 50 anos que o Brasil assumiria um desafio que é único? A China não fez isso e não faz até hoje; nem a Índia, o Paquistão, a Indonésia e os Estados Unidos. Quem chega mais perto é a Inglaterra, com 60 milhões. Uma das nossas grandes referências, o Canadá, tem 34 milhões – e este é o número de brasileiros que nós tiramos da miséria e colocamos na classe média durante os oito anos do governo Lula. É uma realidade que, às vezes, nós do SUS não assumimos ou não percebemos”, ponderou.

Ainda de acordo com o ministro, para enfrentar os impasses de consolidação do Sistema Único e cumprir o lema de sua gestão, o trabalhador de nível médio será fundamental, assim como afastar as ideias preconcebidas sobre essa formação. “Não cabe mais a visão preconceituosa, que por muito tempo se perpetuou, de apostar na formação do nível médio porque é mais barato, mais rápido, mais fácil”, reforçou, acrescentando: “Vamos formar porque para a realidade do hospital, das unidades de saúde, da prevenção, é fundamental o conjunto de habilidades e competências do profissional de nível médio”.



Padilha: “Este país tinha um projeto para poucos”

Segundo Padilha, essa realidade pode ser mais bem compreendida à luz dos recentes resultados da auditoria promovida pelo Ministério da Saúde nos mamógrafos do país. Envolvendo o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e os conselhos de secretários de saúde estaduais (Conass) e municipais (Conasems), a força-tarefa checkou todos os 1.700 mamógrafos credenciados pelo SUS, quantidade que, de acordo com o ministro, daria para fazer duas vezes a necessidade de exames nas mulheres dentro da faixa etária de rastreamento (entre 50 e 69 anos). No entanto, a atual capacidade de produção é a metade da ideal.

“Quando a gente vai identificar quais são os problemas, 20% dos mamógrafos não produzem porque não há técnicos em radiologia em suficiente número para isso no país; 18% não funcionavam porque tinham problemas na manutenção e isso acontecia porque não tinha assistência técnica o suficiente para garantir isso”, enumerou, concluindo: “Poderia falar da expansão e qualificação da nossa hemorrede, poderia falar da baixa qualidade dos nossos exames de citopatologia... É uma grande dificuldade expandir garantindo qualidade para isso”, admitiu.

Se por um lado existem problemas na racionalização dos equipamentos e, por outro, na formação dos profissionais que vão operá-los, Felix Rígoli avalia que a complexidade do segundo problema é maior. Na opinião dele, é muito mais fácil para um país como o Brasil, que já desenvolveu um complexo industrial na área da saúde, incorporar novos equipamentos para qualificar o SUS – e até mesmo desenhar políticas de cuidado – do que qualificar os profissionais.

“Através da Opas estamos fazendo um projeto de desenvolvimento de um novo sistema de ultrassonografias. Fazer mais ultrassonógrafos não vai ser mais difícil do que ‘fazer’ pessoas que possam operar o equipamento. Uma rede de câncer, de detecção precoce, prevenção, é relativamente fácil de desenhar, mas quem são as pessoas que vão fazer a citologia, os exames complementares? Existe mais facilidade para fazer aparelhos do que para criar o profissional”.

Contexto internacional

E se é verdade que há urgência em formar, também é preciso que se garanta a qualidade dos profissionais que serão formados. “Aí tem um desafio que pode ser preenchido simplesmente por uma formação do tipo ‘McDonald’s’ ou pode ser feito de uma forma organizada e ordenada”, alertou Rígoli, que durante sua exposição, chamou a atenção para a importância do papel do Estado em exercer a regulação, tanto da formação quanto do ordenamento de questões relacionadas mais diretamente ao mundo do trabalho. De acordo com ele, no mundo todo, os trabalhadores de nível médio representam de 30% a 35% da força de trabalho em saúde. “Os estudos mostram que essa é uma categoria que está caracterizada por ‘saber-fazer’ procedimentos, utilizar tecnologias e alguns formatos de cuidado e, muitas vezes, esse ‘saber-fazer’ é o que caracteriza a profissão”, definiu.

No entanto, duas características diferem de um país para outro: o grau de autonomia do técnico, ou



Rígoli: contra a formação ‘McDonald’s’ regulação do Estado

seja, se ele desempenha suas atividades dentro ou fora de estruturas supervisionadas, e se sua prática profissional é ou não regulada pelo Estado. “Acho que em algum momento a sociedade, não só daqui, como de outros países, vai ter que criar um marco de como se pode regular e normatizar não só a prática como também a formação do técnico, porque, no final das contas, o cuidado e a regulação de uma pessoa que lida só com informação deve ser diferente daquela que lida com cuidado”, exemplificou.

De acordo com ele, em alguns países há até **250 nomenclaturas diferentes** para identificar profissionais na área da saúde e, mesmo dentro de um mesmo país, pode haver outras classificações de acordo com estados e províncias. “Também não temos aqui, como não temos em geral nas profissões de saúde, um consenso internacional de qual é a lista básica de técnicos na área de saúde, até porque o desenvolvimento tecnológico vai criando desdobramentos, mercados laborais que a formação tenta preencher de uma forma às vezes não muito adequada”, ponderou.

Ainda no terreno da formação de técnicos para a área da saúde, Rígoli refletiu sobre o domínio do setor privado sobre o público. “Um aspecto que chama muita atenção é como esses 30% ou 35% de trabalhadores constituem o grupo provavelmente mais deixado na mão da formação de escolas privadas”.

No Brasil, desde a criação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, em 2008, os 2.773 nomes de cursos profissionalizantes foram reduzidos a 185 denominações.

De acordo com ele, as estatísticas de diferentes países mostram que existem de oito até 20 escolas privadas para cada instituição pública. Felix defende que, mesmo as escolas particulares obedeçam à ordenação do Estado. “Não estou criticando que exista a formação privada, mas dizendo que é necessário esse esforço de fazer o papel do SUS e, portanto, do Estado de organizar e dizer para quem precisa desses profissionais e que tipos de profissionais, para atuar em quais lugares”.

Diagnóstico brasileiro

Embora não tenha um diagnóstico preciso da demanda envolvendo todas as habilitações técnicas que guardam interface com a saúde, a SGTES, junto com estados e municípios no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite (CIT), discute há algum tempo a necessidade de formar profissionais estratégicos para o SUS.



Clarice Ferraz: defesa do ensino e da saúde públicos

Foi assim que, em 2009, surgiu o Profaps, com o objetivo de fomentar cursos estratégicos, como os técnicos em Citopatologia, Radiologia, Hemoterapia, Vigilância em Saúde, Patologia Clínica, Prótese Dentária, Manutenção de Equipamentos, Enfermagem e Saúde Bucal. No programa, onde já foram investidos R\$ 65 milhões, também são incentivadas a qualificação dos agentes comunitários de saúde e o aperfeiçoamento na área de Saúde do Idoso para trabalhadores de nível médio das equipes da Saúde da Família e de instituições de longa permanência. Atualmente, as Escolas Técnicas do SUS são as únicas a formar pelo Profaps.

“Nós temos um cenário político e jurídico que define o Sistema Único de Saúde, mas também define em seus princípios de organização, que cabe ao SUS ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde. Esse é o tema desse seminário: como é que, de fato, podemos encarar o desafio da ordenação da formação no país?”, provocou Clarice Ferraz, durante sua apresentação.

De acordo com ela, a busca por parcerias que ampliem para além da RET-SUS as possibilidades de formações técnicas e também de qualificações previstas pelo programa, é um marco importante para a ordenação da formação de nível médio. “Precisamos pensar no conjunto de profissões que precisam de formação. Nesse sentido, todas as escolas que foram chamadas para este seminário têm uma aproximação em formar na área da saúde. É claro que a grande maioria tem *expertise* para formar na área de enfermagem, pois ainda temos poucas instituições públicas que se dedicam às formações que estão incluídas no Profaps”.

Clarice explicou ainda que a meta de formação de 94,7 mil está inscrita na estratégia do plano do Ministério da Saúde para o período 2011-2014, em que cabe à SGTES “contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização

das relações dos profissionais e trabalhadores da área da saúde” e, em especial no campo dos trabalhadores de nível médio, o objetivo é ampliar a formação técnica por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das ETSUS.

“Trabalhamos com a RET-SUS, 36 escolas que têm se dedicado, ao longo de dez anos, a compreender o que é formar em diferentes áreas da saúde. Mas, são as escolas públicas, juntas, que podem responder a essa meta, que é uma demanda do Ministério da Saúde, mas é, antes de tudo, uma demanda da sociedade, que pede que esses trabalhadores de fato sejam formados para que o atendimento seja de maior qualidade”.

Panorama nacional

Há hoje, no país, 1.514.794 matrículas em cursos técnicos; destas, a maioria, 541.333, é na modalidade subsequente ao ensino médio, 240.242 na modalidade concomitante e 194.727 na modalidade integrada, sendo que 538.492 registros não têm especificação. Desse conjunto de matrículas, estão registradas 19.428 turmas de cursos técnicos, sendo que 2.302 na rede federal, 17.068 na estadual e 58 na municipal. A iniciativa privada tem 8.077 turmas, contra 7.046 das escolas públicas, 3.358 do Sistema S e 47 da rede militar.



Para Geraldo Grossi, o SUS deve orientar a oferta privada

Ao fazer um recorte para a área da saúde, Simone informou que estão registradas 3.199 turmas dentro das escolas privadas, 980 em escolas públicas, 593 no Sistema S, e somente uma na rede militar, de formação de técnicos de enfermagem, no Rio de Janeiro. De acordo com cálculos da diretora de Políticas da Setec, o curso da área da saúde com maior número de matrículas é o Técnico em Enfermagem (250.576 vagas, sendo que 212.048 são pagas, 35.982 são gratuitas e 2.546 conveniadas); seguido pelo Técnico em Radiologia (43.370 matrículas, respectivamente, 41.376; 1.788; e 206).

“Vemos, no entanto, que quando a gente faz política pública focada, percebemos o resultado. É o caso do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, onde a oferta é majoritariamente pública. São 14.126 matrículas; sendo que 13.859 gratuitas, 233 pagas e 34 conveniadas”, destacou.

Na avaliação de Simone, o desafio número um da Setec é ampliar as matrículas públicas na área da saúde. “Hoje temos 1.514.794 de matrículas e a meta do governo Dilma é que sejam oito milhões até 2014. Nesse sentido, a meta do Ministério da Saúde de 94,7 mil matrículas ao ano é excelente para somarmos à meta do Pronatec”, afirma, completando que a adesão das escolas estaduais ao Brasil Profissionalizado, uma das ações abrigadas no Pronatec, será importante para alavancar essa oferta. “Está prevista a ampliação de recursos para o Brasil Profissionalizado, que é um convênio da União com os estados, onde cada estado pactua o número de escolas técnicas que pretende construir. Pelo programa também é possível construir salas de aula e laboratórios e investir na formação de professores”, informou.

Palestrante do seminário, Geraldo Grossi, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), também trabalhou com informações retiradas do Sistec. Trazendo dados de 2010 referentes ao estado do Mato Grosso e da região Centro-Oeste, ele propôs à plateia algumas reflexões sobre o crescimento de determinadas formações, impulsionadas por modismos de mercado e não necessariamente pelo SUS.

De acordo com o levantamento, em Mato Grosso, por exemplo, os três cursos que mais têm matrículas

são o Técnico em Enfermagem (3.326) seguido pelo Técnico em Segurança do Trabalho (3.206) e pelo Técnico em Meio Ambiente (1.441) sendo que, nos dois primeiros casos, a oferta privada supera em muito a oferta pública de vagas.

“Qual é a relação do SUS com as instituições privadas para influenciar ou induzir a formação desses profissionais. Existe uma interlocução com o sindicato das escolas privadas para verificar como está sendo trabalhado o currículo nessas escolas tendo em vista que estes alunos serão potencialmente trabalhadores do SUS?”, questionou Geraldo.

Em sua opinião, o fato do técnico em segurança do trabalho ser uma profissão regulamentada, com piso salarial, incentiva a população a buscar a formação. “É um motivador muito grande para os alunos e ainda mais para as escolas privadas oferecerem, tendo a certeza da ocupação das vagas. É importante pensarmos também em relação à remuneração quando pensamos em políticas de educação em saúde”, destacou.

Em relação ao Centro-Oeste, os cinco cursos técnicos com mais matrículas são, respectivamente, Enfermagem, Segurança do Trabalho, Radiologia, Meio Ambiente e Análises Clínicas. “Radiologia, assim com Segurança do Trabalho, é um curso da moda, até porque também tem profissão regulamentada e uma carreira muito grande no país como um todo. A enfermagem, também pela demanda, é uma das carreiras mais necessárias. Mas somente em Brasília, há mais de cinco mil pessoas fazendo o curso Técnico em Enfermagem. Qual é a relação entre esses formandos e os postos de trabalho do DF?”, provocou.

ETSUS e IFs

Maria Ivanília Timbó, representando a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), e Cláudio Ricardo Gomes de Lima, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) apresentaram em uma mesa do seminário a realidade de cada uma das redes.

Coordenadora da Educação Profissional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) e representante das ETSUS do Nordeste na Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS, Maria Ivanília resgatou a história de constituição das escolas para demonstrar como as instituições se articulam com serviços de saúde, qualificam e atendem às demandas de formação e capacitação da força de trabalho no SUS.

“Antes de mais nada, é preciso explicar que as ETSUS são instituições públicas criadas para atender às demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde, acompanhando o processo de municipalização do SUS no Brasil”, informou.

Ivanília lembrou que a origem das instituições remonta ao Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde – mais conhecido como ‘Projeto Larga Escala’ –, iniciado em 1985, e ao Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), criado em 1999.

Para atender à missão de formar os trabalhadores de nível fundamental e médio já inseridos no Sistema Único, a representante das ETSUS do Nordeste explicou que as escolas desenvolveram, ao longo de sua história, características especiais, como a descentralização da oferta de cursos mantendo os processos administrativos centralizados; a utilização das unidades de saúde como espaços de aprendizagem; o uso de profissionais do próprio serviço de saúde como docentes; a adequação do currículo ao contexto regional; e a adoção da integração ensino-serviço como princípio educativo.



Maria Ivanília apontou especificidades das ETSUS que garantem a formação dos trabalhadores

Ivanília destacou ainda a importância da criação da RET-SUS, em 2000, como estratégia de articulação, troca de experiências, debates coletivos e construção de conhecimento em educação profissional em saúde. “A RET-SUS tem uma importância fundamental, visto que tem a missão de formar trabalhadores, se constituindo uma importante ferramenta de consolidação do SUS, capaz de fortalecer a qualidade de resposta do serviço às necessidades da população”, concluiu.

Cláudio Ricardo também recorreu à história para falar sobre o papel das instituições da Rede Federal. “Essas escolas tem origem em 1909, quando o presi-



Simone Valdete: ampliar as matrículas públicas em cursos de saúde é prioridade do MEC

Esses e outros dados foram apresentados pela diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Simone Valdete dos Santos, com base no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

dente Nilo Peçanha criou escolas de aprendizes e artífices. A ideia vigente na época era de que o ensino profissionalizante deveria atender à população 'desassistida pela fortuna', como está escrito no decreto de criação da rede", afirmou.



Gomes: metade das vagas nos IFs é destinada a cursos técnicos

Passando por marcos como a criação dos primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), em 1978, e a formação de uma rede nacional, em 1990, o presidente do Conif destacou 2004 como o ano em as políticas federais para a educação profissional foram reorientadas, movimento que resultaria, em 2008, na promulgação da Lei 11.892 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

"Apesar de serem sucedâneos das escolas e Cefets, os Institutos representam algo novo porque têm enorme mobilidade vertical, atuando desde o ensino médio à formação *stricto sensu*, com o eixo de transversalidade do ensino, da pesquisa e da extensão", explicou.

Gomes ressaltou ainda que de acordo com essa lei, os IFs destinam metade das vagas para a educação profissional técnica de nível médio. "O que contribui para reduzir uma distorção enorme, pois, mundo afora, quando se relaciona proporção entre trabalhadores de nível superior para trabalhadores de nível médio, essa relação fica, em média, em um para cinco, respectivamente. No Brasil isso se inverte, ficando de um para dois. Não que a oferta de ensino superior seja abundante; a oferta do técnico é que é exígua", apontou.

Ainda de acordo com ele, embora tenha maior tradição em cursos da área agrícola, a Rede Federal vem avançando na oferta de cursos na área da saúde. Das 354 unidades existentes hoje, 108 ofertam 18 habilitações técnicas, sendo que, no total, são contabilizados 178 cursos.

Perspectivas

A plenária de encerramento do seminário foi iniciada com uma compilação de informações sobre as instituições formadoras que responderam ao questionário da SGTES, onde foram apontadas perspectivas para a continuidade da parceria. Apresentada pela consultora da Coordenação de Ações Técnicas, Maria Auxiliadora Christóforo, a síntese 'Possibilidades e estratégias de ampliação da oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio: encaminhamentos' informou que, dentre aqueles que responderam, havia 102 escolas estaduais, 20 ETSUS, nove IFs e cinco escolas técnicas ligadas a universidades.

O curso que apareceu com maior frequência no questionário foi o Técnico em Enfermagem. Dentre os 28 cursos do eixo 'Segurança, Saúde e Ambiente', também constaram nas respostas das instituições de forma significativa a formação do agente comunitário de saúde e dos técnicos em análises clínicas e controle ambiental.

Algumas escolas já oferecem cursos pós-técnicos, como as especializações em CTI Neonatal, Enfermagem do Trabalho e Centro Cirúrgico. Também houve registros de cursos realizados pela estratégia da Educação a Distância (EaD), como o Técnico em Enfermagem e o Técnico em Vigilância em Saúde.

Alguns dos cursos que constaram nas respostas das escolas não estão catalogados pelo MEC e, portanto, os diplomas expedidos pelas instituições não têm validade nacional. É o caso do Técnico em Cuidador de Crianças em Creche e do Técnico em Cuidador de Idoso. Há, por outro lado, uma grande demanda pelo curso de Reabilitação de Dependentes Químicos, previsto pelo Catálogo.

A faixa etária dos estudantes das instituições pesquisadas varia entre 14 e 40 anos. A maioria não é trabalhador da área da saúde, o que caracteriza a chamada 'demanda aberta'. No que se refere ao corpo docente das instituições, há recorrência de bacharéis em Letras, Geografia, História, Economia, Ciências da Computação e Serviço Social dentre os cursos fora da área da saúde. Também é comum encontrar docentes



Encerramento do seminário trouxe perspectivas para escolas se integrem às políticas de educação profissional do SUS

formados em Enfermagem, Psicologia, Odontologia, Medicina Veterinária, Farmácia e Biologia. De acordo com o levantamento, a maior parte dos professores não tem vínculo direto com as escolas.

Falta de professores; insuficiência ou dificuldade de estabelecer parcerias junto a unidades de serviços de saúde para o desenvolvimento dos estágios; e infraestrutura deficiente da instituição, como falta de laboratórios específicos, foram apontadas como dificuldades para a ampliação da oferta de cursos técnicos na área da saúde.

De acordo com a análise, existem duas possibilidades de parcerias entre as instituições e a SGTES, dada à diferença de clientela. Se o foco for atender aos trabalhadores já inseridos no Sistema Único, como fazem as ETSUS, a escola poderá ser parceria direta da SGTES e a negociação base vai ser feita nas instâncias de pactuação do SUS, como a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) e a Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Nesse caso, a instituição poderá contar com a assessoria da Coordenação de Ações Técnicas e das Escolas Técnicas do SUS.

Caso a instituição deseje continuar a trabalhar com a demanda aberta, a segunda possibilidade de parceria é que o curso oferecido seja prioritário para o SUS, de acordo com o Profaps. "Claro que podemos vir a ter novas profissões, especialmente se olharmos para as redes de atenção desenhadas pelo Ministério da Saúde, como a linha de cuidado ao usuário de álcool, crack e outras drogas. No entanto, temos uma demanda real e imediata no SUS para as habilitações do Profaps e precisamos responder a ela, sem, é claro, negligenciar o processo de ampliação", explicou Clarice Ferraz.

Ainda de acordo com a coordenadora-geral de Ações Técnicas, a imagem do processo também é importante para analisar o próprio seminário e as várias etapas que ainda serão necessárias para construir uma parceria ampliada entre o Ministério da Saúde e as escolas técnicas e Institutos Federais. No âmbito da articulação interministerial, Clarice destacou que um instrumento facilitador será a criação de uma subcomissão entre a Setec e a SGTES.

"Em 2007, o presidente Lula fez um decreto que criou a Comissão Interministerial de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com a premissa básica de que ela possa identificar periodicamente a demanda quantitativa e qualitativa de profissionais de saúde no âmbito SUS. O decreto abriu a possibilidade da criação de subcomissões, como esta de educação profissional que deve entrar em vigor através de portaria brevemente", anunciou, ela, informando que a proposta da Coordenação é que outros eventos, dessa vez centrais regional ou mesmo localmente, sejam realizados. ■

Homenagem

Aos 87 anos, a história de Ruth Gouveia de Bundesen se confunde com a história do Centro de Formação de Recursos Humanos (CEFORH) de Pariqueira-Açu, instituição que dirige há 40 anos. Como reconhecimento à tamanha dedicação à educação profissional dos trabalhadores do SUS, o ministro Alexandre Padilha, a diretora de Programas da SGTES, Ana Estela Haddad, e a coordenadora-geral de Ações Técnicas, Clarice Aparecida Ferraz, homenagearam 'Dona Ruth', como é conhecida, durante a abertura oficial e o encerramento do seminário.

"Apesar de não me considerar tão merecedora, eu acho que é um investimento do Ministério da Saúde porque isso fará com que eu dobre o meu esforço no meu trabalho, no amor pelo que eu faço", disse a homenageada.

Padilha, durante sua fala, destacou a importância de pessoas que, como Dona Ruth, já lutavam pela educação profissional desde a época em que o assunto atraía "poucas pessoas, alguns abnegados, defensores e militantes".

Ao receber uma placa das mãos de Clarice Ferraz, no final do evento, a diretora da ETSUS Pariqueira-Açu emocionou os participantes: "Desejo que vocês, mais jovens, tenham uma trajetória parecida com a minha, pois quando terminarem seus dias poderão dizer: 'fui feliz'. A vida não me deve nada, eu, ao contrário, devo muito a ela".



Jéssica Santos / Divulgação RET-SUS

Marcelo Neri

entrevista

Maíra Mathias

Quem acompanha a *Revista RET-SUS* provavelmente já está familiarizado com a expressão 'nova classe média', que tem aparecido bastante por aqui desde o começo do ano, quando o Ministério da Saúde destacou em sua agenda a importância de considerar essa parcela da população como estratégica para os rumos do SUS. O termo, cunhado em 2008 por uma pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), surgiu para designar brasileiros – à época 32 milhões – que ascenderam economicamente desde 2000, ano em que o país começou a se recuperar da recessão econômica. Por trás da coordenação de diversos trabalhos que tentam entender essas transformações, está o economista Marcelo Neri, diretor do CPS. Nessa entrevista, ele fala sobre o *boom* da classe média e dá seu ponto de vista sobre a reorientação das políticas públicas nesse cenário. Também fala sobre o futuro de programas de transferência de renda, como o Brasil Sem Miséria, e ressalta a importância da educação para a continuidade do processo de aumento de renda da população.

Por que nova classe média e não classe C?

Acho que a agenda de nova classe média é uma agenda essencialmente positiva. Você conversa com as pessoas - em geral, os brasileiros que estavam mais embaixo na distribuição - e eles estão felizes, estão positivos. Acho que o nome 'classe C' já estava desgastado socialmente, com um sentido um pouco depreciativo. O termo nova classe média surgiu no sentido de uma coisa nova e positiva, um sonho brasileiro.

As primeiras pesquisas da FGV que detectaram o movimento de ascensão econômica, ainda em 2008, davam conta de uma mobilidade da ordem dos 30 milhões de pessoas para as classes média e alta. Já há atualização desses números?

De fato, isso mudou ao longo do tempo. Para termos uma ideia do panorama, de 2003 a 2008, 31,9 milhões subiram às classes ABC, incluindo uma incorporação não só para a nova classe média, mas também em classes com renda mensal maior, respectivamente as classes B e A. Em 2009 já eram 36 milhões. Depois, para nossa surpresa, até 2011 foram 49,7 milhões que ascenderam às classes ABC. Nos últimos 21 meses, embora não haja base de dados nacional, foram 13,3 milhões transformando os 36 milhões em 49 milhões.

A que se deve essa transformação?

Eu acho que os últimos dez anos – estamos no 11º ano –, a principal transformação na sociedade brasileira foi a redução da desigualdade de renda. É a primeira vez que isso acontece na história estatisticamente documentada de maneira consistente e também, na verdade, o único momento em que o dado de desigualdade de renda mudou no Brasil para melhor, já que, em 1960, houve uma con-

centração, uma mudança para pior. Ainda temos muita desigualdade, mas se isso significa uma má notícia, também há uma boa notícia porque ela pode continuar caindo, como vem acontecendo. Nesse caso é mais importante olhar o filme do que a foto.

Qual é a diferença entre os dois?

A foto brasileira hoje, em qualquer área social, ainda é cheia de problemas, mesmo quando você compara com países com níveis de renda parecidos com o nosso. É importante olhar para a foto, mas também comparar fotos ao longo do tempo. Na comparação, ou melhor, na análise do filme, houve avanços importantes, que a gente tende a desconsiderar se fica olhando e criticando só a foto.

Virginia Damasc/CC/ENSP/Fiocruz



Olhando para o filme, o que o senhor destaca?

Embora o Brasil ainda tenha uma educação baixa, a mudança na educação gera um crescimento de renda média do brasileiro de 2,2% ao ano, se tudo ficasse constante. Esse bônus educacional é quatro vezes maior do que o bônus demográfico. Então, na verdade, a única vantagem de ter problemas é que você pode dar saltos. Acho que o Brasil é esse país que tem conseguido dar saltos porque as coisas eram muito ruins. Como a inflação, que chegou a 80% ao mês. Quando ela foi bruscamente reduzida, a nossa sensação era de que tínhamos ido para o céu, mas não. A gente saiu do inferno para uma situação normal, o que é um salto da mesma forma. Da mesma forma, olhando para a renda, um avanço que uma pessoa tem de dobrar seus rendimentos, saindo R\$ 1 mil mensais para R\$ 2 mil, não pode ser menosprezado. Acho que tem que diferenciar as fotos dos filmes, das mudanças.

“ Eu não tenho dúvidas de que o grande desafio dessa nova década é dar mais qualidade às políticas públicas ”

Dentro da lógica de conquistar essa nova classe, que tende a aspirar escola privada, planos de saúde privados, serviços privados de uma maneira geral, existe uma compreensão política de que é preciso qualificar as políticas públicas. Na sua opinião, qual é o impacto da nova classe média para a construção de políticas públicas?

Sob a liderança da área de saúde, o Brasil entrou a década de 1990 com a bandeira da universalização. Então, se começou com o SUS, essa bandeira foi adotada depois pela educação, com o movimento para que toda criança fosse matriculada na escola. Se, por um lado, o país fez uma parte do trabalho – aumentar a cobertura de seus sistemas –, por outro isso foi levado a cabo com uma qualidade deficiente. Embora a saúde tenha sido, como disse, pioneira na bandeira da universalização, a educação se reinventou na década passada, colocando em pauta também a preocupação pela qualidade. Eu não tenho dúvidas de que o grande desafio dessa nova década é dar mais qualidade às políticas públicas. Por exemplo: não basta universalizar a escola se as crianças permanecem lá somente durante quatro horas de seu dia.

Como enfrentar essa realidade?

O Estado não vai conseguir fazer para todos de alta qualidade, então tem que fazer para os segmentos mais importantes. Ou seja, tem que ofertar serviços públicos e pagar por eles, garantindo sua qualidade, para os mais pobres. Esse é um ponto. Acho que outros grupos, de renda mais alta, e até a própria nova classe média, muitas vezes vêm ao SUS para

receber o atendimento de alta complexidade. Acho que o SUS tem que se proteger disso, tem que de alguma forma dar uma racionalidade. Por outro lado, acho que algo que sintetiza a nova classe média é dar mercado a essas pessoas.

Em que sentido?

Dar mercado é permitir que as pessoas tenham acesso a melhores escolhas, através, por exemplo, de uma regulação eficiente dos planos de saúde. As pessoas, quando ascendem na escala social, querem um plano de saúde privado, então isso é parte do processo e tem que tanto se ofertar serviços públicos de melhor qualidade quanto ajudar nessa interface público-privada. Mas também dar mercado é, por exemplo, quando você tem um setor público que funciona com maior eficiência, porque tem metas, porque tem indicadores de qualidade que são visíveis, acompanhados pela população.

O senhor defende que o poder público, no desenho das políticas públicas, deve estabelecer metas e indicadores, que tornem possível o acompanhamento dessas metas, e a se preocupar com a percepção da população. Recentemente, vemos um movimento nesse sentido na saúde, uma preocupação grande com o desenho de um mapa das regiões de saúde, verificação da capacidade instalada dos serviços, auditoria de mamógrafos, e indicativo de pesquisas para verificar, por exemplo, se as mulheres tiveram bom atendimento durante o parto. O SUS está se inserindo em uma moderna agenda de gestão?

É bom a saúde se agregar a esse esforço, fazer suas metas específicas. A oferta e a demanda são coisas diferentes, mas que se somam. Acho que os gestores e as pesquisas operam muito na lógica da oferta, por exemplo, se uma intervenção na área de saúde funciona, o problema aparentemente parece estar resolvido. A gente esquece do lado da demanda, de ouvir a opinião das pessoas, sua percepções das políticas e dos serviços. E, de outro, é preciso propor desafios. A agenda da educação é muito interessante, com o Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 pelo MEC que, em uma escala de 0 a 10, mede a aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática], e as metas do 'Todos Pela Educação' [movimento civil criado em 2006, criou metas como a erradicação do analfabetismo para crianças de até 8 anos].

Ano passado, pouco antes das eleições, o senhor deu uma entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em que citou a necessidade de se repensar o Bolsa Família, para se chegar a uma versão 2.0 do programa, ampliando escala e, ao mesmo tempo, garantindo, através do Cadastro Único, um monitoramento de base local, capaz de dirigir às populações atendidas melhores serviços: educação, saúde, assistência, crédito, etc. Em sua opinião, o Brasil Sem Miséria seria essa versão 2.0?

O Brasil Sem Miséria é um refinamento do Bolsa Família, ele usa o Bolsa Família, propõe processos de busca ativa, uma linha oficial de miséria, tem muito presente a ideia de levar o

Estado às pessoas ao invés de as pessoas terem obrigação de irem atrás do Estado, às vezes sem documentos, etc. É o Estado que começa a ter esse mapa de oportunidades, um mapa de carências. Há no Brasil Sem Miséria um momento mais simbólico do que eu gosto de chamar de novo federalismo social, quando vemos a presidente junto com os principais governadores da oposição, o Alckmin [PSDB/São Paulo] e o Anastasia [PSDB/Minas Gerais], propondo programas complementares, não ao nível do discurso, mas ao nível da prática. Por isso tudo, eu acho que o Brasil Sem Miséria é um avanço importante no atacado.

Poderia explicar melhor?

O fato de ter um foco nos mais pobres, buscar essas alianças com governos estaduais e municipais é uma boa versão de um Bolsa Família 2.0; agora, não é a definitiva. Há que se pensar em um 3.0, é um processo. Mas acho que são boas direções. Não como ponto de chegada, mas como um processo de mudança. De algumas coisas eu discordo, por exemplo, prefiro o termo superação da miséria do que o usado, que é erradicação, porque, nesse último caso, basta sobrar uma pessoa na miséria que você perdeu a guerra. Mas eu acho um avanço. Antes de lançar o Brasil Sem Miséria, o governo anunciou um forte reajuste fiscal, que eu, como economista, não consigo deixar de achar necessário. Mas, no dia seguinte a esse anúncio, o mesmo governo anunciou um reajuste de 45% para as condicionais relativas às crianças no Bolsa Família. Você pode me perguntar: 'é contraditório'? Eu acho que não. Porque é um recurso que chega à população pobre, o que denota muito a sabedoria de você trabalhar com cobertor curto. É importante citar que além dos programas, quando se olha para desigualdade de renda, a influência da renda do trabalho das pessoas explica dois terços da queda da desigualdade e mais de 70% do aumento da média de renda das pessoas. Então a grande revolução foi no mercado de trabalho e a ela, antecedeu uma outra revolução, na educação e mesmo na saúde, que ajudam a explicar.

Pensando nisso, o que o senhor acha que uma versão 3.0 deveria ter?

Olhar mais para a qualidade, premiar a qualidade tanto na oferta de serviços quanto na demanda. Por exemplo, a questão do saneamento básico. A gente sabe que se criar uma bolsa-saneamento e der um dinheiro para a família pobre adquirir saneamento, pagar suas contas de água e esgoto, nada vai acontecer. Essa família muito provavelmente não vai gastar esse dinheiro em água e esgoto porque não é sua prioridade. Então você tem que pensar em formas de subsidiar água e esgoto que, de fato, se transformem em água e esgoto. Tem uma coisa chamado OBA [Output-Based Aid], que é uma maneira de você gerar oferta de serviços, prover de financiamento uma empresa ou órgão público só na medida em que eles aumentam essa oferta efetivamente. Já do ponto de vista da demanda, acho que no Rio de Janeiro, tanto no município, quanto no estado, a gente tem ajudado os respectivos governos a desenhar

e implementar programas em que se geram prêmios para crianças e adolescentes em cima de dados observáveis de notas e provas.

Os notebooks que são distribuídos para os melhores alunos, por exemplo?

É, mas não só. Por exemplo, desenhamos para o 'Família Carioca', do município, e para o 'Renda Melhor', do estado, incentivos onde o aluno que tirar uma nota boa ou melhorar uma nota não tão boa ganha uma quantia, exemplificando: R\$ 50 a cada bimestre. Para uma criança pobre faz diferença. Não podemos apostar todos os ovos em uma mesma cesta ao mesmo tempo, por exemplo, é preciso que se cobre a presença dos pais nas escolas. O que eu acho é que o Cadastro Único e o Bolsa Família são excelentes plataformas para se fazer políticas. Agora estamos de cara para os pobres como nunca estivemos, em um sentido prático. E cada vez mais eu me surpreendo com isso, quando vejo esse cadastro, e também com o perigo de você estar muito próximo, porque é fácil cometer erros. É fácil fazer, coisas certas ou erradas.

Por que o senhor fala que esse tipo de programa é barato?

O Bolsa Família custa 0,5% do PIB e atinge 25 milhões de pessoas. Aí você pode falar que se ele é muito barato, não faz nada, mas ele faz. Por quê? Porque ele atinge o mais pobre. Então para o mais pobre vamos dizer mais R\$ 50 se a renda dele é R\$ 50, faz dobrar. É um programa muito bom no seu custo-benefício. Você pode fazer ação em qualquer área, mas dificilmente você faz mais do que o Bolsa Família. Por exemplo, a previdência, reajuste de salário mínimo. Cada ponto percentual que gasta com redução de desigualdade de renda pelo aumento da Previdência custa 384% a mais do que pelas vias do Bolsa Família. Falar isso não é desprezar o papel que a previdência rural, o BPC [Benefício de Prestação Continuada], que são vinculados ao salário mínimo, e o piso básico da Previdência tiveram, mas, olhando para a frente, claramente dá para se fazer mais com menos usando a plataforma do Bolsa Família porque consegue com menos dinheiro fazer mais em termos de redução da desigualdade. Então é uma grande característica: o dinheiro chega no pobre. Agora, é preciso garantir a maior transformação possível da vida do pobre para melhor.

Qual o papel da educação técnica nesse cenário?

Eu acho que a educação técnica não é para todos – é importante ter essa visão –, mas ela tem a cara dessa nova classe média. Faz parte dessa estratégia de dar o mercado aos pobres ou às pessoas. A educação, em geral, e a técnica, em particular, é um passaporte importante para o mercado de trabalho e acho que da mesma forma que você precisa de uma boa regulação nos planos de saúde, acesso ao crédito produtivo, etc. o mais importante de tudo isso eu acho que é educação e saúde para as pessoas, porque é isso que vai permitir – elas educadas e saudáveis – que ganhem seu dinheiro ou subam na vida, levem uma boa vida. ■

Alunos do
Aperfeiçoamento
em Maternidade
diagnosticam
problemas e
propõem melhorias
no cuidado

aluno em foco

Jéssica Santos

Assistência à mãe e ao bebê é tema de trabalhos no Piauí

Os trabalhos de conclusão do curso de Aperfeiçoamento em Maternidade do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS Piauí) expuseram um panorama da situação da atenção materno-infantil nos municípios de Bom Jesus, Oeiras, Barras, Correntes e Valença. A qualificação, prevista para todos os estados do Nordeste e da Amazônia Legal por meio do Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil, certificou 150 técnicos e foi realizada entre abril a junho deste ano. Foram registradas, entre 2000 e 2007, 9.354 mortes de crianças com menos de um ano de idade no estado.

Nas pesquisas elaboradas pelos estudantes foram identificados problemas como insuficiência de informações no pré-natal e assistência desumanizada. Mara Lígia Monteiro, instrutora do curso no município de Bom Jesus, localizado a cerca de 470 quilômetros da capital, explica como foram conduzidos os trabalhos. "Nós fizemos um levantamento dos problemas relacionados não só ao setor obstétrico do hospital, como também dos encontrados nos programas da Saúde da Família no que dizia respeito à mãe e à criança. No final sorteamos os temas entre os grupos", afirma.

Os resultados foram apresentados em uma palestra, realizada no dia 27 de junho no Hospital Regional de Bom Jesus, local onde foram levantados os dados. Geânia Leal, técnica em enfermagem há mais de nove anos, conta que os grupos convidaram profissionais de outros setores da unidade, pacientes e mães da comunidade para participar. "Todos os grupos, com seis pessoas cada, entrevistaram as pacientes. O objetivo do nosso trabalho foi esclarecer sobre a importância do aleitamento materno e dos primeiros cuidados. Muitos problemas ocorrem por falta de conhecimento de como se deve agir", aponta a estudante, que teve, durante o curso, contato com procedimentos, como a reanimação do recém-nascido e o índice de APGAR, que é utilizado para avaliar a saúde do bebê nos primeiros cinco minutos de vida.

No município de Oeiras, localizado a 227 quilômetros de Teresina, o curso foi realizado no Hospital Regional de Olindo Couto. Francisca Maria da Silva, auxiliar de enfermagem, conta que a turma escolheu a dramatização para apresentar os resultados das pesquisas. "Mostramos a importância do parto normal e os primeiros cuidados com os recém-nascidos. Tentamos mostrar também o que deveria melhorar na maternidade, como o acolhimento das pacientes", diz.

Para o instrutor Reinaldo Ferreira, a aprendizagem dos estudantes reflete diretamente na comunidade atendida. "O curso foi importante porque além de melhorar a prática de atuação dos profissionais, melhora a própria assistência". Ainda de acordo com ele, o relatório final será discutido com o hospital. "Vamos marcar uma reunião com a direção para repassar os trabalhos elaborados pelos alunos e mostrar os problemas que foram levantados", afirma.

Além dos benefícios para as instituições e a população atendida, Fabiane Gomes, coordenadora pedagógica da escola, acha que o curso promove uma melhora no ambiente de trabalho, uma vez que são os próprios técnicos que buscam soluções para questões do dia-a-dia e elaboraram estratégias de intervenção. "A importância do curso é justamente a mudança de postura no trabalho. O profissional se sente valorizado por ser parte integrante e importante na realização de uma transformação", avalia. ■

Além do novo prédio, escola estuda mudança no modelo de gestão

ETSUS Roraima inicia construção de nova sede

escola em foco

Jéssica Santos

Desde que a Escola Técnica do SUS em Roraima foi criada, através da Lei Estadual nº 433 de 2004, busca-se uma sede própria para a instituição. Após sete anos, finalmente o sonho está próximo de ser realizado. Em agosto, foi iniciada a limpeza do terreno onde será erguido o novo prédio da ETSUS. Mas as transformações não param por aí. A escola já iniciou os estudos de viabilidade para mudar o modelo de gestão e se prepara para ofertar novos cursos, incluindo os voltados para saúde indígena. A previsão é que as obras sejam finalizadas em setembro de 2012. A construção está sendo financiada com recursos do Ministério da Saúde e o terreno foi cedido pelo governo estadual.

Atualmente, a escola, que possui somente três salas de aula, funciona em três turnos e finais de semana para poder executar todas as suas atividades. Além disso, busca parcerias com instituições para ofertar seus cursos e, desta forma, melhorar a assistência à saúde. No prédio atual, onde a ETSUS está instalada desde 2005, várias adaptações foram feitas para driblar as limitações impostas pelo espaço restrito. "O que proporciona um ambiente de aprendizagem é a forma como a equipe organiza a escola, procurando deixá-la mais acolhedora e atraente", explica Tânia Souza, diretora da ETSUS.

Obras iniciaram em agosto

Gestores, estudantes e professores aguardam ansiosos a construção da nova sede da ETSUS. "Acho que a escola vai ficar melhor ainda, principalmente na parte dos laboratórios, pois teremos mais espaço. Estou sonhando para que isso aconteça", declara Conceição Mesquita, aluna do curso Técnico em Saúde Bucal. Conceição afirma que planeja voltar a estudar na escola e usufruir das novas instalações no futuro. "Um dia vou fazer o curso Técnico em Enfermagem. Quero continuar estudando porque gosto da área de saúde e adoro estar na escola aprendendo cada vez mais", planeja.

Sergio Takashi, professor do curso Técnico em Saúde Bucal, acredita que a mudança mais significativa se dará na infraestrutura. "A escola poderá ampliar sua oferta de cursos na educação profissional técnica de nível médio dos profissionais da área de saúde, bem

como credenciar parcerias com outras instituições para formações diferenciadas, como é o caso dos agentes indígenas de saúde", avalia.

A nova estrutura que está em fase de construção terá uma área total de 2,4 mil m², contra os atuais 279 m². Serão oito salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, análises clínicas, enfermagem, nutrição, farmácia e saúde bucal, além de auditório. "A nossa expectativa é ter um espaço funcional, que atenda todas as necessidades operacionais de cada curso técnico ou de qualificação e que possa acolher, de forma adequada, os nossos educandos", afirma Tânia.

Novo modelo de gestão

As transformações da ETSUS não serão apenas na sua estrutura física. Está sendo realizado um estudo sobre a viabilização da mudança de gestão da escola para autarquia. Isso significa que a instituição irá continuar ligada à secretaria estadual de Saúde, no entanto, terá mais autonomia. "O processo está começando. Há toda uma questão legal, pois só dá para fazer isso através de um projeto de lei que precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa. Além disso, temos que fazer o processo de impacto financeiro", explica a Tânia.

De acordo com a diretora, entre as várias mudanças provocadas pela transformação em autarquia está a necessidade de uma nova estrutura organizacional. "A atual não contempla as nossas necessidades de cargos e setores. E para atender à estrutura que o novo prédio oferece, teremos que ampliar o número de cargos", prevê.

Para o secretário de Saúde de Roraima, Leocádio Vasconcelos, transformar a ETSUS em uma autarquia representa dar mais autonomia administrativa e financeira à escola. "Quando concluído o processo, que ainda está em fase de discussão e estudos, a unidade passará a ter orçamento próprio dentro da secretaria de Saúde e receber diretamente do Ministério da Saúde. Na prática representa a independência na tomada de decisões", conclui.

Foco na formação de trabalhadores

Desde a sua fundação, 1.960 alunos já passaram pelos cursos da ETSUS. Deste total, 200 estudantes, oriundos de 15 municípios do estado, estão cursando o Técnico em Saúde Bucal, com previsão de formatura para dezembro deste ano. Entre os cursos de destaque oferecidos pela escola estão os voltados para a população indígena que, no estado, compreende 40.611 habitantes de 471 comunidades. "Em 2006, a Funasa [Fundação Nacional de Saúde] já vinha com um processo de formação do agente indígena, mas não tinham como validar essa formação. Eles procuraram a escola e nos convidaram para participar", conta Cleres Alvarenga, diretora administrativa e financeira da escola e coordenadora dos cursos indígenas.

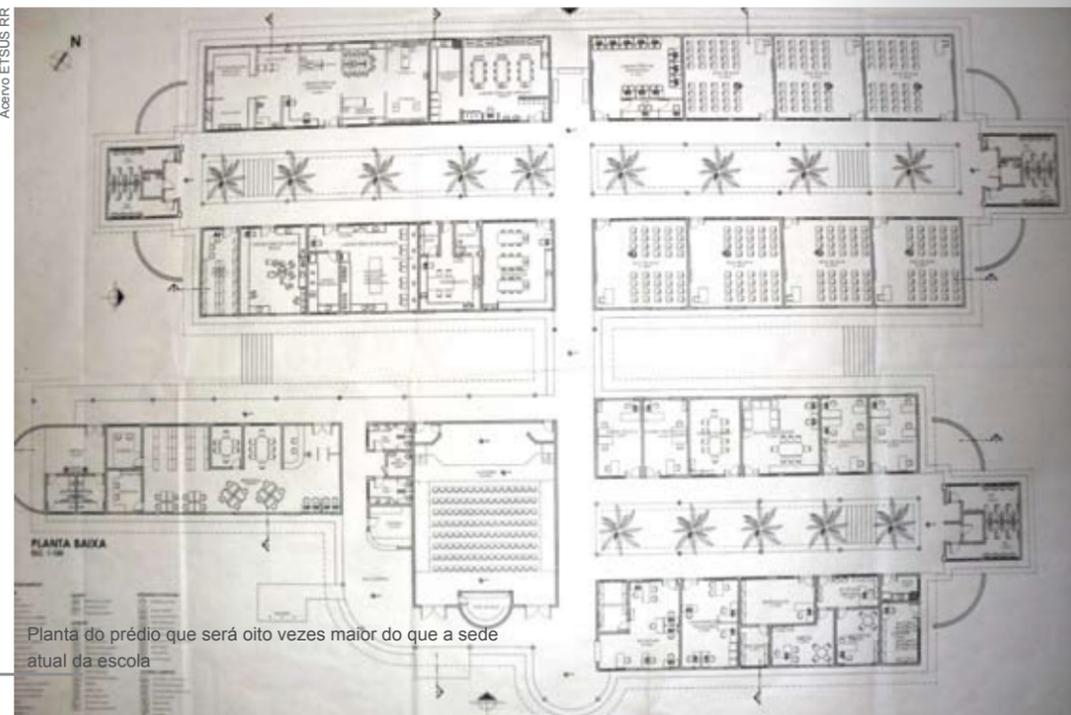
Neste primeiro momento, a escola certificou 372 agentes indígenas que já haviam iniciado o curso. Para isso, organizou uma comissão que acompanhou os momentos de dispersão que ainda estavam por ocorrer. De acordo com a coordenadora, depois de realizada esta fase, a ETSUS passou a participar de todas as etapas de elaboração do curso. "A partir dessa parceria, firmamos um termo de compromisso para que as novas turmas que fossem acontecer já tivessem uma participação direta da escola, desde a formação pedagógica dos instrutores, aos momentos presenciais e de dispersão", afirma.



Em 2010, foram oferecidas seis turmas do primeiro módulo do curso de Agente Indígena de Saúde (AIS); uma ofertada para o Distrito Sanitário Leste e o restante para o Distrito Sanitário Yanomami. Foram formados 150 agentes, que aguardam a continuação da formação. "Houve uma mudança da Funasa para a Secretaria Especial de Saúde Indígena e, no momento, estamos com as atividades paralisadas, aguardando uma nova estratégia de formação do agente indígena", conclui Cleres.

A partir de 2012, a ETSUS pretende oferecer para a população indígena o curso Técnico em Enfermagem e o Técnico em Saúde Bucal, com recursos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Pneps). Também por meio da Pneps, estão previstos o curso Técnico em Vigilância em Saúde, a complementação de auxiliar para Técnico em Enfermagem e a qualificação de agentes comunitários de saúde.

Já pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), a escola irá ofertar os cursos técnicos em Enfermagem, Hemoterapia, Análises Clínicas, Radiologia, Prótese Dentária, Vigilância em Saúde, além da qualificação do Agente de Combate às Endemias e a atualização em Saúde do Idoso para equipes da Estratégia de Saúde da Família. ■



Planta do prédio que será oito vezes maior do que a sede atual da escola

Professora da ETESB conta sua história de dedicação à profissão

Paixão pela enfermagem e pelo ensino

trajetórias

Jéssica Santos

A enfermeira Maria de Fátima Teixeira é professora da Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) desde 1999. Sua história na área da saúde começa muito antes, ainda no Maranhão, seu estado de origem. Nascida na cidade de Coroatá, ela conta que optou pela profissão graças à influência paterna. "Meu pai era auxiliar de enfermagem. Cresci vendo ele exercer a profissão e me apaixonei pela área", lembra ela, que, em 1982, concluiu a graduação na Universidade Federal do Maranhão. Em busca de novas oportunidades de trabalho, a enfermeira mudou-se para Brasília em 1984 com o objetivo de prestar concurso para a secretaria de Saúde do Distrito Federal, onde ingressou como servidora no ano seguinte.

Maria de Fátima conta que a paixão pela profissão despertou o desejo de dividir seus conhecimentos como professora. "Sou enfermeira porque realmente gosto. Como fui adquirindo, ao longo dos anos, muita experiência profissional, resolvi compartilhar com as outras pessoas o que aprendi na prática. Juntei minha paixão pela profissão com esse aprendizado e, por isso, entrei na área de ensino", explica. Antes de dar aulas na ETESB, Maria de Fátima experimentou a docência em diferentes espaços, mas foi no ensino técnico que a enfermeira encontrou sua maior vocação. "Para mim, que tenho muita paixão pela enfermagem, formar os técnicos é como gerar filhos, que, ao final do curso, entrego prontos para o mundo. Gosto muito de ensinar e acho maravilhoso ver o aluno caminhando sozinho e colocando em prática o que aprendeu".

Desde que ingressou na escola, Maria de Fátima já passou por várias áreas. "Quando comecei tínhamos o enfermeiro generalista e atuávamos onde era necessário. Já dei aulas de introdução à enfermagem, saúde coletiva e clínica médica", afirma. A professora fez parte do grupo responsável por elaborar o currículo integrado da escola, em 2006. "Discutimos muito e desenhamos o currículo, que tornou mais fácil formar de acordo com o perfil de competências profissionais exigido pelo Ministério da Educação. Tenho observado que isso manteve o padrão da nossa escola de formar excelentes profissionais", avalia.

Ao analisar sua trajetória no mundo do trabalho, Maria de Fátima conta que sua experiência na ETESB foi fundamental para o desenvolvimento de sua carreira. "A escola é um ambiente de crescimento profissional, onde há interesse em atualizar os profissionais. Quando a ETESB nos proporcionou a possibilidade de fazer uma pós-graduação foi muito marcante. Em 2004, me especializei em Educação Profissional de Nível Médio, na Universidade de Brasília. Isso trouxe um enriquecimento muito grande para a minha vida profissional e elevou a qualidade do meu trabalho", conclui. ■



Nonononon nononon

aconteceu

Seleção para Professor do CEFOR Paraíba

Nos dias 5 e 6 de setembro, o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOP-PB) realizou entrevistas com os 318 candidatos a 32 vagas para professor do Curso "Técnico em Vigilância em Saúde". Serão quatro vagas para cada um dos municípios onde o curso será realizado. São eles: João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cajazeiras, Monteiro, Cuité, Catolé do Rocha e Itaporanga.

Além da entrevista, o processo de seleção incluiu análise curricular e da carta de intenção, que também foram realizadas por técnicos do CEFOP-PB. Após o resultado, os selecionados irão participar de uma oficina pedagógica onde serão abordados temas como conceito de educação, noções de planejamento, etapas de um plano de ensino, elaboração de plano de aula e dinâmicas de sensibilização.

O curso Técnico em Vigilância em Saúde, que irá formar 400 trabalhadores do Sistema Único de Saúde, tem previsão para começar no final de setembro.



Acevo CEFOR Paraíba

Comemoração dupla na EPSJV

Esse ano, a comemoração de aniversário dos 26 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) marca outra data importante para a instituição: os 25 anos do Provoc, o Programa de Vocação Científica da Fundação Oswaldo Cruz. Coordenado pela escola, o Provoc foi criado como mecanismo de estímulo à vocação científica nos jovens com a proposta de fazer da pesquisa um princípio educativo. Desde 1986, quase dois mil estudantes de ensino médio já passaram pelo programa.

Para comemorar o sucesso do Provoc, a escola organizou uma série de eventos no dia 19 de agosto. Abrindo a programação, o professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Paulo Carrano, falou sobre 'O estado da arte das pesquisas sobre juventude e os desafios para o Ensino Médio'. Em seguida, foi lançado o Observatório Ciência, Tecnologia e Juventude. Após o brinde de aniversário do Provoc e da EPSJV, aconteceu o lançamento do livro 'Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde' e o relançamento do livro 'Juventude e iniciação científica: política públicas para o Ensino Médio'.

Técnico em Enfermagem na EFOS

A Escola de Formação em Saúde (EFOS), de Santa Catarina, iniciou no dia 8 de agosto o curso Técnico em Enfermagem. A formação está sendo oferecida na sede da escola para 30 estudantes dos municípios de Santo Amaro de Imperatriz, Biguaçu, São José, Águas Mornas, Governador Celso Ramos, São Pedro de Alcântara, todos localizados na região da Grande Florianópolis. O curso tem duração de 24 meses, com carga horária total de 1.800 horas, sendo 1.200 de concentração e 600 de dispersão. Os estágios serão realizados nos hospitais do estado e na rede básica de saúde do município de São José. Esta é primeira formação oferecida pela escola com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

ETSUS Acre incentiva pesquisa em biblioteca

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, no Acre, dispõe de uma biblioteca utilizada como espaço de pesquisa e aprendizagem. É composta por 700 livros de áreas técnicas específicas e mais de 1.500 títulos de área geral. Também fazem parte do acervo coleções de vídeos dos ministérios da Educação e da Saúde. Entre as atividades realizadas, estão as pesquisas orientadas, como a que aconteceu no dia 11 de agosto, quando a turma do curso Técnico em Nutrição e Dietética, composta por 35 estudantes, pesquisou sobre microbiologia. Para o estudante Luis Costa da Silva, a utilização da biblioteca como fonte de pesquisa é essencial. "A biblioteca é muito bem organizada e agradável. A pesquisa em livros e na internet torna-se muito importante para as nossas atividades. Ver e pegar os livros é muito interessante e sempre leio além do que o necessário para o assunto a ser pesquisado", afirma.



CEFOR Paraíba reúne gestores municipais



O Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (CEFOR-PB) realizou nos dias 9 e 10 de agosto nas cidades de Patos e Sousa reuniões com gestores de saúde de 90 municípios do sertão. O objetivo maior foi divulgar o curso Técnico em Vigilância em Saúde e a qualificação para agentes comunitários de saúde. Também foram apresentados o perfil dos estudantes/trabalhadores e o conteúdo pedagógico. Ficou pactuado como responsabilidade dos municípios a seleção dos servidores que irão participar dos cursos, a disponibilização de espaços para aulas e transporte. Já o CEFOR tem como competência a oferta dos cursos, a formação pedagógica, o material didático e o pagamento dos instrutores.

Em Patos, a reunião foi realizada no auditório da 6ª Gerência Regional de Saúde. A coordenadora de planejamento, Sandra Teixeira, esteve presente representando a secretaria de Saúde de Patos. Ela reafirmou a importância destes cursos no resgate da autoestima do trabalhador, que, após a qualificação, volta ao trabalho motivado a aplicar os novos conhecimentos. Já para João Bosco, presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Patos e região, a promoção dos cursos vai melhorar o desenvolvimento do trabalho junto às comunidades.

Na cidade de Sousa, a reunião aconteceu no Centro de Treinamento dos Professores, da secretaria estadual de Educação. Entre os gestores presentes, estava Rosália Pereira, secretária de Saúde do município de Triunfo. Ela afirmou que servidores já estão engajados na prevenção às endemias e o curso fortalecerá este trabalho. Márcia Rique, diretora do CEFOR, argumentou na mesma linha. Para ela, o curso em vigilância em saúde poderá contribuir para potencializar o processo de trabalho na área.

Saúde Mental em foco em Blumenau

A Escola Técnica do SUS Blumenau, em Santa Catarina, realizou no dia 4 de agosto uma oficina de construção da matriz curricular do curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental. Além dos profissionais da escola, participaram representantes dos serviços de saúde dos municípios do Médio Vale, do Alto Vale e da Foz de Itajaí. Durante o evento, foram discutidos temas como conhecimento da rede de serviços, organização do cuidado, aspectos gerais da saúde mental, políticas e agravos, além da distribuição das turmas nos municípios contemplados pelo curso.

O projeto é voltado para profissionais de níveis médio e superior que atuam na Atenção Básica e de Referência em Saúde Mental e será financiado pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). A previsão é formar quatro turmas, com 30 alunos cada.

Capacitação técnico-pedagógica no Piauí

Entre os dias 17 e 20 de agosto, o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez, no Piauí, realizou uma capacitação técnico-pedagógica para enfermeiros que atuarão na segunda etapa do curso de Aperfeiçoamento em Maternidade. A primeira etapa terminou em junho e qualificou 150 técnicos em enfermagem de cinco municípios.

Os 25 instrutores capacitados irão lecionar em turmas de 30 alunos nas cidades de Batalha, Castelo do Piauí, Esperantina, Luzilândia, Piracuruca, Pedro II, Piri-piri, União e São João do Piauí. No último dia da capacitação, os profissionais fizeram uma visita técnica à maternidade Dona Evangelina Rosa, em Teresina, para exercitar a aplicação prática do que foi estudado na teoria. A previsão é que as aulas tenham início no mês de setembro.



ETSUS Acre integra inglês e radiologia

"O tomógrafo é um aparelho com dados totalmente em inglês. É importante compreender essa língua para manuseá-lo com maior precisão", conta o futuro técnico em radiologia, James Paula de Oliveira. O aluno da Escola Técnica de Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre) e outros 30 estudantes do curso Técnico em Radiologia oferecido pela instituição tiveram, no período de 8 a 19 de agosto, aulas de inglês.



A exemplo do tomógrafo, a maior parte dos equipamentos usados na área são programados e contam com manual de instruções em inglês. De acordo com o coordenador do curso, Rafael Garcez, as aulas foram pensadas para que os alunos tenham noções básicas que os instrumentalizem a ler as instruções. "O estudo de técnicas de inglês se faz necessário em virtude das orientações impressas nos comandos dos aparelhos de tomografia, ressonância magnética, gama-câmara e etc. Este eixo é importante, pois, vem trazer aos educandos o conhecimento desta língua estrangeira dentro do âmbito de trabalho, tornando mais fácil identificar verbetes que estão nos softwares dos aparelhos até mesmo traduzir mensagens de erros que neles ocorrem".

A ETSUS Acre está ofertando o curso pela primeira vez e a turma em formação será a primeira a formar técnicos em radiologia em todo o estado. O curso teve início em outubro de 2009 e as aulas devem terminar em setembro deste ano. O currículo está estruturado em 1.560 horas no total, sendo 360 horas de estágio que aconteceram em hospitais e clínicas.

panorama

Aula inaugural para o Técnico em ACS no Acre

Com 12 mil habitantes, o município de Acrelândia passará a contar com o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde para seus trabalhadores. Oferecida pela Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre), a formação técnica a partir de agora está presente em 20 municípios do estado, que tem 22 cidades no total. A novidade foi comemorada em uma aula inaugural, organizada pela escola no dia 22 de agosto.

O curso será oferecido aos trabalhadores do SUS das zonas urbana e rural de Acrelândia. Na zona urbana há 18 estudantes matriculados enquanto que na zona rural, 27. Durante a aula inaugural, os alunos receberam kits dos materiais que serão utilizados nas atividades, além de camisetas e apostilas.

"Esperamos adquirir conhecimentos para aperfeiçoamento do nosso trabalho. Sei que é importante termos uma formação para o reconhecimento e o domínio das nossas atividades com a comunidade", contou a aluna Taciele Aparecida Scramossim.

A mesa de abertura do evento contou com a participação da coordenadora-geral da ETSUS, Anna Lúcia Abreu, do prefeito de Acrelândia, Clóvis Moretti, da gerente de Desenvolvimento Institucional do Instituto Dom Moacyr, Thaís Silva de Moura Barros, da coordenadora do curso, Sabrine Benigna Strube Coelho, além de autoridades locais. Atualmente, a ETSUS oferece o curso para cerca de 900 alunos, distribuídos em 30 turmas no estado.



Arquivo CEFOR Paraíba

Humanização é debatida na ETSUS Roraima

A Escola Técnica de Saúde de Roraima foi palco de uma oficina de humanização, promovida pela secretaria estadual de Saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, para membros do Colegiado Estadual de Humanização, gestores e técnicos. A atividade aconteceu nos dias 25 e 26 de agosto, e foi oportunidade para que os participantes conhecessem mais detalhadamente a Política Nacional de Humanização (PNH), lançada em 2003 pelo governo federal, para no futuro atuarem como seus multiplicadores. A ideia é realizar um curso sobre o tema para um público mais amplo já no próximo ano. "Ainda hoje a humanização está sendo feita com ações isoladas; a ideia agora é intensificar o trabalho coletivo para que os benefícios possam chegar às pessoas nas unidades de forma célere", resumiu o assessor de humanização da secretaria estadual de Saúde, Wagner Costa.

No dia 5 de agosto, entidades como Conasems, Abrasco, Cebes e Rede Unida tornaram público o documento 'SUS igual para todos - Agenda Estratégica para a Saúde no Brasil'. Composta por cinco diretrizes, a agenda foi entregue por representantes do Movimento da Reforma Sanitária ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em visita à Fiocruz, no Rio de Janeiro.

As entidades defendem no documento que a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais exigem, para além das políticas de transferência condicionada de renda, políticas sociais universais.

A política de saúde é considerada essencial para a construção de uma democracia que assegure não apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais da cidadania.

As cinco diretrizes são:

- | Saúde, meio ambiente, crescimento econômico e desenvolvimento social
- | Garantia de acesso a serviços de saúde de qualidade
- | Investimentos - superar a insuficiência e a ineficiência
- | Institucionalização e gestão de serviços de saúde
- | Complexo econômico e industrial da saúde

Você encontra a agenda na íntegra no site www.saudeigualparatodos.org.br

Norte

Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (68) 3227-2716 / 3226-7330
escoladesaude.educacao@ac.gov.br
www.idep.ac.gov.br

Amapá

Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza (96) 3212-5175
grazielareis2010@bol.com.br

Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (92) 3878-7620
etsus_saaavedra@yahoo.com.br
www.cetam.am.gov.br

Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (91) 3202-9300 / 9301
etsuspa@gmail.com
www.sespa.pa.gov.br/etsus

Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia (69) 3216-7307
cetas.ro@gmail.com
www.cetas.ro.gov.br

Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima (95) 3623-6891
etsus_rr@hotmail.com
www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

Tocantins

Superintendência da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde - SETSUS/TO (63) 3218-6280 / 6277 / 6281 / 1717
etsus@saude.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br

Nordeste

Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora (82) 3315-3403
etsal@etsal.com.br
www.etsal.com.br

Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis (71) 3357-0810 / 0811 / fax: 3276-6738
sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

Ceará

Escola de Saúde Pública do Ceará (85) 3101-1401 / 1403
esp@esp.ce.gov.br
www.esp.ce.gov.br

Maranhão

Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva (98) 3221-5547 / 9137-6220
etsusma@hotmail.com

Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos (83) 3218-7763 / 7764 / 7765
diretorcefor@saude.pb.gov.br

Pernambuco

Escola de Saúde Pública de Pernambuco (81) 3181-6090
esppe2009@gmail.com
www.saude.pe.gov.br

Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (86) 3216-6406
etsus.piceeps@gmail.com

Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr Manoel da Costa Souza (84) 3232-3679 / 7628
cefope@rn.gov.br
www.cefope.rn.gov.br

Sergipe

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe (79) 3211-5005
etsus@funesa.se.gov.br

Centro-Oeste

Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília (61) 3325-4944 / 3327-3914
etesb.fepecs@saude.df.gov.br ou
etesb.fepecs@yahoo.com.br
www.etesb.fepecs.edu.br

Goiás

Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago (62) 3201-3425
cepsaudees@gmail.com
www.saude.go.gov.br

Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso (65) 3613- 2324
dgesp@ses.mt.gov.br
www.saude.mt.gov.br/portal/escola

Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão (67) 3345- 8055 / 8056
etsus@saude.ms.gov.br

Sudeste

Espírito Santo

Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES (27) 3325-3573 / 3137-2414
neps.dir@saude.es.gov.br

Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (31) 3295-5090 / 6772 / 3829
diretoria@esp.mg.gov.br ou
diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica / Escola Técnica de Saúde - Unimontes (38) 3229-8594 / 8591 / 8592
ets@unimontes.br
www.unimontes.br

Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (21) 2334-7274 / 7272 / 7268 / fax: 7264
etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (21) 3865-9797
epsjv@fiocruz.br
www.epsjv.fiocruz.br

São Paulo

Centro Formador de Pessoal para a Saúde de São Paulo (11) 5575-0510 / 0053
ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS de Araraquara (16) 3335-7545
cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis (18) 3302-2226 / 2216
drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Franco da Rocha (11) 4449-5111 / 4243 / 4399
chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco (11) 3681-3994 / fax: 3699-1916
cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde de Pariquera-Açú (13) 3856-2362 / 9716
ceforh@consaude.org.br ou
ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde de São Paulo (11) 3846-4569 / 1134
ceforetsus@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/centro_formacao_rhr

Sul

Paraná

Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha (41) 3342-2293
cenforpr@sesa.pr.gov.br
www.saude.pr.gov.br

Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Estado d Rio Grande do Sul (51) 3901-1508 / 1494 / 1475
etsus@saude.rs.gov.br

Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde (48) 3246-6670 / 3343-8414
direcaoefos@saude.sc.gov.br
http://efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau (47) 3322-4271 / fax: 3326-7422
etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

14ª Conferência Nacional de Saúde

Brasília, DF - 30 de novembro a 04 de dezembro de 2011



ACESSO E ACOLHIMENTO COM QUALIDADE:
UM DESAFIO PARA O SUS

Todos usam o SUS!

SUS na Seguridade Social, Política Pública e Patrimônio do Povo Brasileiro.



Ministério da Saúde

